



MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES /SC
TERMO DE REFERÊNCIA – TR - Licitação

Termo de Referência fundamentado no DFD nº. 115/2024 e seu Estudo Técnico.

1. OBJETO GERAL

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na construção de um sistema de tratamento de efluentes e instalações pluviais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, em Passo de Torres. Este projeto visa garantir a gestão ambiental adequada, promovendo a sustentabilidade e a segurança no ambiente escolar. A empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento, implementação e manutenção do sistema, assegurando a conformidade com as normas ambientais vigentes e a eficiência operacional do sistema.

2. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

	Registro de Preço	X	Termo Contratual		Outro
--	-------------------	---	------------------	--	-------

3. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

X	DFD		Matriz de risco	X	Projeto Básico
X	ETP	X	Memorial Descritivo		Projeto Executivo
X	Planilha orçamentária		Anteprojeto		Outros

4. NATUREZA DO OBJETO

	Material de consumo		Equipamento/Material Permanente
	Serviço continuado		Serviço não continuado
	Obra	X	Serviço de engenharia

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Para atender à necessidade de um sistema eficiente e sustentável de tratamento de esgoto e instalações pluviais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, será contratada uma empresa especializada com vasta experiência na área. A solução proposta inclui a construção de um sistema de tratamento de efluentes que atenda a todas as normas ambientais vigentes, garantindo a qualidade do efluente tratado e a segurança dos alunos e funcionários.

Além disso, serão implementadas instalações pluviais adequadas para evitar alagamentos e garantir o manejo correto das águas da chuva, contribuindo para a preservação do ambiente escolar e a saúde pública. A empresa contratada será responsável por todas as etapas do projeto, desde o planejamento e execução até a manutenção contínua, assegurando a eficiência e a durabilidade do sistema.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO
Conforme memorial descritivo.
6.1. ITENS DE CONTRATAÇÃO
1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na construção de um sistema de tratamento de efluentes e instalações pluviais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, em Passo de Torres.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor total da contratação:	R\$ 91.346,93 (noventa e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos)
Fonte de Recurso:	1543.0000.0000/1500.1001.0163
Dotação Orçamentária	04.002.4.12.361.2.010.3.3.90.
Complemento do Elemento:	39.16

8. HABILITAÇÃO TÉCNICA
No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; a) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; d) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; f) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI; h) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971; i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização; j) Para fins da obtenção do tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal. Relativos à regularidade fiscal e trabalhista: k) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Atualizado); l) Prova de regularidade perante a Seguridade Social – INSS, Fazenda Federal e Dívida Ativa da

União, mediante certidão emitida expedida pela RFB – Receita Federal do Brasil do Estado onde for sediada a empresa; m) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei; n) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa; o) Prova de regularidade relativa ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; p) Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT). q) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; r) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. s) A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 155/2016.	
9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	
Prazo de execução/entrega:	90 dias
Local de execução/entrega:	R. João Pedroso, 186 - Passo de Torres, SC, 88980-000
Prazo para reposição do objeto em caso de irregularidade:	30 dias
Prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços:	90 dias
Garantia e/ou condições de manutenção e assistência técnica:	• A empresa contratada deve oferecer um plano de manutenção periódica, com visitas regulares para inspeção, limpeza e ajustes necessários para garantir o funcionamento contínuo e eficiente do sistema. • Disponibilidade de suporte técnico em caso de falhas ou problemas operacionais. A empresa deve garantir atendimento rápido e eficiente para resolver quaisquer questões que possam surgir.
Condições de pagamento e/ou medição:	• Cada pagamento corresponderá ao percentual dos serviços concluídos no período, conforme cronograma físico-financeiro estabelecido.
Obrigações da contratada:	• Seguir rigorosamente os desenhos, especificações técnicas e cronograma do projeto aprovado. • Utilizar materiais que atendam aos padrões de qualidade exigidos e apresentar certificados de conformidade. • Adotar todas as medidas de segurança exigidas por lei, incluindo o fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para os trabalhadores. • Obter todas as licenças e autorizações necessárias para a execução das obras. • Apresentar relatórios periódicos de progresso da obra, incluindo fotografias e descrições detalhadas das

	atividades realizadas. • Manter o local de trabalho limpo e organizado, garantindo a segurança e minimizando o impacto ambiental. • Oferecer treinamento adequado para os funcionários envolvidos no projeto, garantindo que todos estejam capacitados para executar suas funções. • Fornecer garantia dos serviços prestados, incluindo a correção de quaisquer defeitos ou problemas que surgirem durante o período de garantia. • Disponibilizar assistência técnica durante e após a conclusão das obras, garantindo o bom funcionamento do sistema instalado. • Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma, evitando atrasos na entrega do projeto.
--	--

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

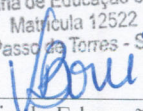
A gestão e fiscalização seguirá o modelo pré-definido no Decreto Municipal nº. 424/2023. Será de competência do fiscal, receber e fiscalizar o objeto garantindo sua devida execução, bem como, será de responsabilidade do gestor, acionar os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

11. FORMA JULGAMENTO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Modalidade de Licitação:	Concorrência Eletrônica
Tipo de objeto:	Obra de Engenharia
Empreitada:	Empreitada por preço global
Critério de julgamento:	Menor Preço
Forma de julgamento:	Menor Preço
Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Intervalo de lances:	Não se aplica

Passo de Torres, 04/11/2024.

Vera De Bovi
Secretária de Educação e Cultura
Matrícula 12522
Passo de Torres - SC


Secretária de Educação e Cultura
Vera Eni De Bovi/12568